



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SÍNTESE DA AUDIÊNCIA CONCEDIDA À FRENTE COMUM DOS SINDICATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA)

No dia vinte e cinco de Fevereiro do ano dois mil e dez, pelas dezasseis horas e trinta minutos, reuniu uma delegação da Comissão de Orçamento e Finanças presidida pela Senhora Vice-Presidente, Deputada Teresa Venda (PS), para receber em audiência a Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública.

Assunto: Exposição sobre as consequências resultantes das medidas previstas na Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2010 sobre a aposentação e apresentação de propostas sobre esta matéria.

Em representação dos vários Grupos Parlamentares, para além da Senhora Deputada Teresa Venda (PS), que presidiu aos trabalhos, participaram os Senhores Deputados Paulo Baptista Santos (PSD), Michael Shaufert (CDS-PP), José Gusmão (BE) e Jorge Machado (PCP).

Em nome da Comissão de Orçamento e Finanças, a Senhora Vice-Presidente deu as boas vindas aos responsáveis da Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública, Senhora D^a. Ana Avoila (Coordenadora) e o Senhor Dr. Alexandre Saldanha. Depois, convidou-os a apresentar o motivo que esteve na origem deste pedido de audiência à Comissão.

A Coordenadora da Frente Comum começou por distribuir ao Senhores Deputados o documento “Proposta reivindicativa comum para 2010” e agradecer a disponibilidade da Comissão para os receber, e, em seguida alertou para as consequências gravosas decorrentes das alterações ao Estatuto da Aposentação, que forma contempladas pelo Governo na proposta de OE para 2010.

Também se referiu à redução do poder de conta dos trabalhadores da AP ao longo da última década em resultado do aumento dos descontos para a ADSE, do congelamento de escalões, da redução do valor das pensões dos aposentados, etc..



Deu a conhecer o conjunto de propostas reivindicativas da Frente Comum, tais como, as respeitantes ao aumento do trabalho precário devido ao recurso abusivo do Estado a recibos verdes e a contratos a termo e as respeitantes a alterações gravosas ao regime de trabalho em consequência da entrada em vigor da Lei 12-A/2007, especialmente no que concerne à extinção do vínculo de nomeação dos funcionários públicos.

Em seguida, apelou à revogação de algumas leis tais como a da mobilidade especial e a avaliação de desempenho, criadas apenas com uma lógica economicista, e que na prática têm vindo a ser extremamente danosas para os trabalhadores.

Também usou da palavra o Senhor Dr. Alexandre Saldanha, para contestar os argumentos utilizados pelo Governo para justificar a imposição de convergência imediata entre os regimes de trabalho público e privado, pois existem normas conflitantes entre si e também porque essa convergência estava prevista para ocorrer apenas em 2015.

A Senhora Vice-Presidente, Deputada Teresa Venda, esclareceu que algumas das questões elencadas extravasam as competências da Comissão de Orçamento e Finanças, tais como a questão da aposentação.

Quanto ao Senhor Deputado Paulo Baptista Santos (PSD), referiu que já tinha conhecimento da proposta da Frente Comum e garantiu que na audição do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, no âmbito do debate sobre o OE para 2010, o PSD pretendia solicitar os devidos esclarecimentos sobre estas matérias.

Também o Senhor Deputado Michael Shaufert (CDS-PP), usou da palavra para informar que na véspera, a Frente Comum já tinha tido uma reunião com o líder parlamentar do CDS-PP, durante a qual lhe transmitiu as preocupações das organizações sindicais pela intenção do Governo de não aumentar os salários dos trabalhadores da administração pública em 2010 devido às consequências muito negativas que essa decisão teria no poder de compra dos trabalhadores da AP.



Por seu turno, o Senhor Deputado José Gusmão (BE) mostrou-se também sensível às questões colocadas pela Frente Comum e informou que o seu GP pretendia apresentar algumas propostas de alteração à Proposta de OE sobre o regime de aposentação, sobre a regra de 2 por 1 de admissões de trabalhadores na AP e ainda sobre outras matérias igualmente relevantes para a AP, tais como a precariedade do emprego e a estagnação salários para este ano. Sublinhou também que o aumento da penalização para as reformas antecipadas não cumpre o que foi estipulado no âmbito da negociação colectiva entre o Governo e os Sindicatos, o que põe em causa a credibilidade do Estado para o futuro.

Em seguida, a Senhora Vice-Presidente deu a palavra ao Senhor Deputado Jorge pretende apresentar uma série de propostas alteração à proposta do OE sobre as matérias aqui referidas, pois considera que o Governo está a fazer um ataque excessivo aos funcionários públicos.

Finalmente a Senhora Vice-Presidente referiu que as situações colocadas nesta audiência são complexas e que a COF apenas poderá centrar-se nas que têm efeitos ao nível do orçamento, sendo agora necessário clarificar o impacto orçamental das diferentes opções, não se podendo pronunciar sobre as restantes matérias por ultrapassarem o âmbito de competências desta Comissão. Contudo, concluiu, o Parlamento pronunciar-se-á sobre as propostas apresentadas pelo Governo no momento da apreciação do OE.

Nada mais havendo a tratar, a Senhora Vice-Presidente agradeceu a presença dos dois dirigentes sindicais na Comissão e deu por concluída a audiência, pelas dezassete hora e trinta minutos.

Assembleia da República, em 25 de Fevereiro de 2010

A VICE-PRESIDENTE,

Teresa Venda